

IGOR PEREIRA PINHEIRO

Promotor de Justiça do MPCE; Especialista, Mestre e Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela ULISBOA; Autor dos livros “Crimes Eleitorais e Conexos”, “Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral”, “Nova Lei de Improbidade Administrativa Comentada”, “Crimes Licitatórios” e Coordenador de outras obras jurídicas (destacando-se “Manual de Jurisprudência Comentada na Visão do STF, STJ e TSE”, “Leis Penais Especiais Comentadas” e “Nova Lei de Licitações Comentadas”, todas publicadas pela Editora Mizuno. Professor-Convocado de Diversas Escolas da Magistratura e do Ministério Público no Brasil; Foi Membro do Grupo de Atuação Especial de Defesa ao Patrimônio Público do Ministério Público do Estado do Ceará (GEDPP); Foi Coordenador do Grupo Auxiliar da Procuradoria Regional Eleitoral do Ceará (GAPEL). Coordenador Editorial de Direito Administrativo e Direito Eleitoral do Grupo Mizuno.

REFLEXOS ELEITORAIS DA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Reflexos Eleitorais da Nova Lei de Improbidade Administrativa

© Igor Pereira Pinheiro.

Revisão: Igor Pereira Pinheiro

EDITORA MIZUNO 2022

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

P654 Pinheiro, Igor Pereira

Reflexos eleitorais da nova lei de improbidade administrativa / Igor Pereira Pinheiro. –
Leme-SP: Mizuno, 2022.

190 p.; 14 X 21 cm

ISBN 978-65-5526-452-4

1. Direito eleitoral. I. Pinheiro, Igor Pereira. II. Título.

CDD 342.8107

Índice para catálogo sistemático

I. Direito eleitoral

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

PARTE I

TEORIA GERAL DO DIREITO FUNDAMENTAL ANTICORRUPÇÃO E A VEDAÇÃO AO RETROCESSO

1 - Breve Introdução ao Direito Fundamental Anticorrupção.....	19
2 - A Supralegalidade dos Tratados e Convenções Internacionais Anticorrupção e a Proibição de Retrocesso (Tutela Mínima Anticorrupção).....	21
3 - A (Ir)Retroatividade da Lei N°14.230/2021, a Necessidade de Suspensão Nacional dos Processos de Improbidade Administrativa e as Questões Processuais Afetas ao Tema.....	36
3.1 - A Tese da Retroatividade Absoluta.....	45
3.2 - A Tese da Aplicação Pro Futuro (Retroatividade Vedada A Priori por Força do Princípio da Tutela Mínima Anticorrupção)	52
3.3 - Os Atos Culposos Como Exceção à Regra da Irretroatividade.	54
3.4 - Reflexos da (Ir)Retroatividade da Lei N°14.230/2021 nas Inelegibilidades e nos Pedidos de Registro de Candidaturas em 2022: Ponderação de Valores à Luz do Princípio <i>In Dubio Pro Suffragio</i>	68
3.5 - Efeitos da Medida Cautelar na ADI N°6678 sobre a Sanção da Suspensão de Direitos Políticos e a Inelegibilidade Decorrente da Condenação por Atos Violadores dos Princípios Administrativos.....	76
	79

PARTE II

REFLEXOS PRÁTICOS DA NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA SEARA ELEITORAL

1 - A Inexistência do Efeito Expansivo Dolo Específico da Improbidade Administrativa para os Ilícitos Eleitorais.....	89
	91

2 - A Obrigatoriedade do <i>Compliance Anticorrupção</i> Previsto na Lei de Improbidade Administrativa e Seus Reflexos no Direito Eleitoral.	98
3 - O Acordo de Não-Persecução Civil na Justiça Eleitoral.....	105
4 - A Exclusão de Incidência da Lei de Improbidade Administrativa aos Atos Praticados no Âmbito dos Partidos Políticos.....	114
5 - O Estabelecimento de Rol Taxativo dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam em Violação aos Princípios Administrativos	119
6 - A Revogação do Desvio de Finalidade Previsto Anteriormente no Inciso I do Artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa	122
6.1 - O Enquadramento (Ainda Possível) das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral como Atos de Improbidade Administrativa.....	126
6.2 - Quadro-Resumo de Correlação entre Condutas Vedadas e Atos de Improbidade Administrativa.	128
7 - Vedação, como Regra Geral, à Transmissibilidade da Sanção de Perda do Cargo Público pela Condenação em Ação de Improbidade Administrativa	168
8 - A Inconstitucional Forma de Contagem da Sanção de Suspensão dos Direitos Políticos na Nova Lei de Improbidade Administrativa.....	172
9 - O Trancimento Imediato da Ação de Improbidade Administrativa por Conta da Absolução no Juízo Criminal (Comum/Eleitoral)	173
9 - Indicações Políticas e Nepotismo na Nova Lei de Improbidade Administrativa.	178
10 - A Possibilidade da Decretação do Afastamento das Funções Públicas nas Ações Eleitorais Cíveis	188